

***III Encontro (s) Cidadania e Responsabilidade Sócio Ambiental***

**Formador: António de Sousa Marinho e Pinto**

**Tema: *CIDADANIA, ESTADO E JUSTIÇA.***

**Data do encontro: Góis, 10 de Abril de 2014**



Centro de Formação da Associação  
Escolas Coimbra Interior

**Formanda: *Carla Cristina Marques de Almeida Figueiredo***

**Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital**

*Arganil, 10 de Junho de 2014*

## Introdução

Início a minha breve reflexão justificando a escolha, de um leque extraordinário de oradores, da comunicação do Doutor Marinho e Pinto. Figura incontornável do nosso panorama político atual, não pude deixar de escolher a sua sessão, pelo papel indiscutível e exemplar, que o Doutor Marinho e Pinto tem assumido, não só enquanto membro da sociedade civil, através do exercício pleno da cidadania como, também, no papel crítico e controverso que manteve enquanto Bastonário da Ordem dos Advogados. Com um discurso incisivo e acutilante o Doutor Marinho e Pinto dá voz a muitos dos pensamentos, questões e reflexões dos cidadãos e cidadãs do nosso país focando questões indissociáveis à condição de sermos gregários, sociais e responsáveis. A linha orientadora da minha análise procurará evidenciar uma das máximas, que fica do seu discurso a saber, a de que os seres humanos devem participar civicamente e responsabilmente numa sociedade que não é de um mas é de todos. Formada em Filosofia, é-me muito caro refletir sobre os conceitos de responsabilidade, cidadania, civismo, democracia, igualdade e pluralismo.

Procurarei, ao longo da minha reflexão problematizar a tríade Cidadania, Justiça e Estado, sempre secundada pelas linhas orientadoras do discurso do Doutor Marinho e Pinto. No final, procurarei explicar de que forma posso, reportando-me à minha prática pedagógica, colocar em prática esta nova visão de sermos e, em paralelo, enriquecer a relação que estabelecemos com todos aqueles que nos rodeiam.

## Desenvolvimento

Tendo como pano de fundo a apresentação feita pelo Doutor Marinho e Pinto inicio a minha reflexão questionando o que caracteriza a nossa condição de seres humanos. Será a nossa pequenez e insignificância face à vastidão intrincada do Universo ou será a grandiosidade de nos tornarmos, face a essa pequenez, seres vivos em alerta contínuo relativamente aos problemas que enfrentamos, aos riscos que corremos e à aprendizagem que buscamos incessantemente, num devir que se exige contínuo. Procurar compreender a multidimensionalidade da condição humana e a sua consequente riqueza é, também, questionar toda a humanidade, enquanto seres gregários e conviviais que necessitam de mecanismos reguladores das relações instituídas. É nessa teia incessante de relações complexas que surge o conceito de responsabilidade, como a capacidade que cada cidadão tem de responder pelos seus atos não só na sua convivência familiar mas, também, nas esferas social, cultural, económica e política. O ser responsável implica cuidar, na vertente ambiental, do que é de cada um mas, ao mesmo tempo, do que é partilhado por todos. A verdade é que esta atitude de preservar o ambiente choca com o consumo delirante do ser humano, que esgota os seus recursos naturais e põe em causa o desenvolvimento do próprio planeta. O paralelismo que o Doutor Marinho e Pinto fez entre as ciências *Economia* e *Ecologia* em relação ao étimo *eco*, em que, respetivamente, uma é a disciplina onde se arruma a casa e outra onde se conhece a casa, é fulcral para percebermos o que entendemos por responsabilidade ecológica. Esta cultura de preservar a casa, protegê-la e respeitá-la, reporta-nos para o respeito pelo meio ambiente e por tudo aquilo que nos forma e caracteriza como seres humanos, ser responsável face a nós e face aos outros. O não garantir a preservação de tudo o que se pode extinguir, o não salvuardarmos o que é nosso, reporta-nos a uma sociedade e a uma prática, muitas vezes, desumana. É aqui que podemos incluir a prática do que entendemos por cidadania e o civismo que lhe subjaz e que deveria ser a pedra de toque da nossa ação. Como tão bem frisou o Doutor Marinho e Pinto ser cidadão é participar civicamente na Pólis. A vida em sociedade exige o esforço constante para que se encontre um equilíbrio entre vontades individuais e o interesse comum. Cito Aristóteles, ao defender que somos *animais políticos* <sup>1</sup>, e é essa primeira inclinação natural, que permite ao Estado instituir-se não apenas, como uma entidade reguladora mas como o órgão que mantém a nossa segurança e garante a justiça através da

aplicação imparcial e equitativa das leis. Quando um Estado, entendido como uma organização territorial que visa salvaguardar os direitos do seu povo, imiscui-se nas decisões e nos pensamentos dos seus concidadãos, na gestão dos seus itinerários de vida, compatuando-a com situações fraudulentas de injustiça crescente, impele por consequência, a democracia a repensar-se. Os cidadãos deverão nesse momento e, de forma participativa, tomar posição e agir, em unísono, fazendo desacreditar a classe política que se instalou no poder, exigindo uma mudança política, social e moral e lutando esperançadamente pelo bem comum<sup>2</sup>. Esta obrigação emergente empurra-nos para a discussão pública de temas que podem ser considerados tabus por um Estado totalitário que procura enlaçar os seus eleitores no *véu da ignorância*<sup>3</sup>. O paradigma que se coloca é a de que a noção identitária de cada homem, de cada indivíduo, e dos diferentes papéis sociais que ocupa, assume no Estado Social de Direito um papel relevante, uma vez que, cada cidadão tem a obrigatoriedade de cumprir os seus deveres mas deve exigir a materialização dos seus direitos, um dos quais será o da aplicação da justiça de forma imparcial. O Estado Social de Direito deve fazer respeitar a aplicação da lei e lembrar a todos os cidadãos que nele participam que, cumprir a lei não é sinónimo, de estar acima dela. O Direito tem um papel central na aplicação de um conjunto de normas e princípios que, isentos na sua aplicação, devem julgar todos quantos infringem ou limitem a lei. Os legisladores não podem, pelo menos em sociedades democráticas, ao construírem o Direito; e os tribunais, ao aplicá-lo, esquecerem-se da ética e da moral. Por mais complexo que seja um sistema legal em termos do que legisla, haverá sempre leis que desagradam a alguns por serem, muitas vezes, contrárias aos seus interesses. Os tribunais devem pautar a sua ação por usarem a sua capacidade de decisão para julgarem com discernimento e sensatez, instituindo-se contra o poder político, que procura por vezes, toldar a capacidade de análise e livre-arbítrio dos cidadãos. Como tão bem referiu o Doutor Marinho e Pinto o ato eleitoral é a expressão plena das nossas angústias, descontentamento e desejos, pois é ele que permite através da manifestação das vontades individuais abrir à discussão pública o que era monopólio de alguns. É necessário revitalizar a República, a Democracia, a *res publica* e a própria Europa. Trazer à praça pública novas vozes, erigir novos temas de reflexão, partilhar a responsabilidade civil, olhando para o outro como se de um eu se tratasse, olhando consequentemente, para as necessidades mais prementes dos cidadãos. Não posso deixar de fazer um paralelismo com uma das formulações do imperativo categórico de Kant, "Age de modo a que possas desejar que a máxima da tua ação se possa

*transformar em lei universal*<sup>4</sup>. Só uma máxima que possa ser universalizável e que garanta o cumprimento do dever pode evitar mecanismos que se encontram obsoletos, fraudulentos e descredibilizados. Todos os cidadãos deveriam participar no destino e nas decisões do seu Estado, do seu país. Fazemos parte de uma Europa comum que durante séculos erigiu batalhas , construiu e destruiu fronteiras, e cometeu as maiores atrocidades que a história recorda mas hoje, o velho continente, deve reerguer-se e olhar para si exigindo uma mudança , um novo ponto de viragem.

. Refletindo sobre a minha prática pedagógica entendo que os todos os jovens deverão olhar para a o termo cidadania procurando compreendê-lo e vivenciá-lo. Agremiado à cidadania está o conceito de responsabilidade e os jovens devem procurar compreender qual o papel do Estado e de que forma podem participar cívica e responsabilmente na sua gestão. As escolas devem ter um papel dinâmico na tentativa de motivar os alunos a interagir entre si e com toda a estrutura e meio envolvente. Há também uma exigência que se coloca a nós professores, a de criar nos adolescentes a preocupação com a proteção e salvaguarda do meio-ambiente, em consonância com uma participação cívica e reflexiva na vida política do país. Não posso deixar de citar o filósofo e pedagogo Paulo Freire, quando afirma que” *o próprio acto educativo é visto como um projecto, onde a ação deverá ser orientada pela consciência do não saber, num processo que se quer contínuo e dinâmico*”. Devemos assim partir do pressuposto de que os alunos são promotores da mudança e na minha prática pedagógica continuarei a problematizar a noção de ser cidadão e de ser responsável promovendo, não só, a elaboração de trabalhos que versem sobre essas temáticas como, levando para a escola debates que possam envolver os discentes e toda a comunidade escolar.

Da mensagem deixada pelo Doutor Marinho e Pinto retiro a ideia de que a política não pode nem deve estar arredada das escolas. Cito John Locke quando afirma que vivemos num Estado Social de Direito onde o povo, tem o poder de defender o que é seu e o que é, em paralelo, partilhado com os demais. Continuai a passar na minha prática letiva a mensagem de que aprendemos, ensinamos, aperfeiçoamo-nos como cidadãos éticos, morais e planetários, reconstruímo-nos, sentimos e partilhamos de uma cidadania que se quer cada vez mais universal.

## Conclusão

Concluo esta breve reflexão com uma síntese do percurso seguido ao longo das diferentes sessões. Julgo que todas as sessões fizeram-me perspetivar de forma diversa a noção de cidadania, desde uma perspetiva cultural com as histórias de vida, do Professor Doutor Luis Alcoforado; à definição do próprio conceito pela acutilante explanação do Doutor António Pita; à viagem magistral pela história da ciência, orientada pelo Doutor Carlos Fiolhais; à cidadania digital com o Mestre Jorge Almeida, com os sucessos e perigos que daí advém; até à cidadania e ao debate competitivo que esta promove com o Doutor Ary Fontoura; à incursão da cidadania no desporto com o professor Doutor Manuel Sérgio; à elucidação dos principais paradoxos da educação pela mão da Doutora Emília Brederode Santos, culminando na visita de campo pela Mata da Margaraça, ilustrada pelas indicações extraordinárias do Professor Doutor Jorge Paiva .

O motivo que me levou, de novo, a inscrever-me nos Encontros de Cidadania e Responsabilidade Ambiental foi precisamente a necessidade sentida de fazer uma reflexão conjunta alicerçada em diferentes perspetivas e olhares que enriquecem todos quanto neles participam. Estamos comprometidos com a sociedade onde estamos enraizados, com os desafios éticos que se nos colocam, com a salvaguarda da cidadania e dignidade de todo o ser humano. Os conceitos que foram abordados e debatidos durante a comunicação escolhida e todas as demais impelem-me a observar a realidade com um outro sentido.

Como elos de uma cadeia maior, devemos participar na vida pública do país cumprindo os nossos deveres mas fazendo com que sejam respeitados os nossos direitos num Estado que, por vezes, no seu solipcismo, esquece-se dos seus cidadãos. Como educadores devemos trazer os jovens para a esfera social e política, impelir a discussão de ideias , o debate de posições numa perspetiva dinâmica e dialética impulsionando-os, a buscar, a indagar, a serem eles mesmos , a seguirem os seus sonhos mas a buscarem também a sua essência, numa atitude de responsabilidade e cidadania universal.

*Notas bibliográficas:*

1. Aristóteles, *Política, Vega*, 1252a15-20, página 53 a 54.
2. Aristóteles, *Política, Vega*, 1252a15-20, página 55 a 56.
3. John Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Editora Presença, 1993.
4. Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Porto Editora, 2004, página 31-36.
5. John Locke, *Segundo Tratado do Governo*, Fundação Calouste Gulbenkian.